Veterinária & Zootecnia

Mala Direta
Básica
9912280025/2011 DR-RS
CRMV/RS
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RS - ANO XX №84 – JULHO / SETEMBRO 2015

Fiscalização atua em defesa do profissional habilitado p.06 e 07



Casos de mormo deixam Estado em alerta $_{\rm p.08\,e\,09}$ Fórum debate os 50 anos de combate à febre aftosa no RS $_{\rm p.10\,e\,11}$

Entrevista: Antonio Jorge Camardelli fala da abertura de novos mercados para a carne brasileira e do papel do médico veterinário



p.03	Editorial
p.04 e 05	Entrevista: Antonio Jorge Camardelli, presidente da Abiec
p.06 e 07	CRMV-RS adota rigidez no combate ao exercício ilegal da profissão
p.08 e 09	
p.10 e 11Eve	ento conjunto do CRMV-RS e Sovergs debate os 50 anos de combate à aftosa no RS
p.12	Governo sanciona Lei que cria o Dia Estadual do Médico Veterinário
p.13Conselho	agracia personalidades e profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia
p.14	
p.15	Nova identidade visual do CRMV-RS marca processo de transição
p.16 e 17	
p.18	
p.19	Balanço Financeiro do CRMV-RS

EXPEDIENTE

Veterinária & Zootecnia é um veículo de divulgação da classe dos médicos veterinários e dos zootecnistas, editado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS (CRMV-RS). Os textos são de responsabilidade dos autores.

DIRETORIA EXECUTIVA DO CRMV-RS GESTÃO 2014/2017 Presidente:

Rodrigo Marques Lorenzoni

Vice-presidente:

José Arthur de Abreu Martins

Secretária-geral:

Gloria Jancowski Boff

Tesoureiro:

André Mello da Costa Ellwanger

Conselheiros Efetivos: Ana Flávia Motta Gomes, Angélica Pereira dos Santos Pinho, Carlos Guilherme de Oliveira Petrucci, João Cesar Dias Oliveira, Camila Correa Jacques e Vera Lúcia Machado da Silva.

Conselheiros Suplentes: Júlio Otávio Jardim Barcellos, Marcelo Pascoa Pinto, José Luis Maria, Juliana Iracema Milan, Ricardo Reis Bohrer e Elbio Nallen Jorgens.

REVISTA VETERINÁRIA & ZOOTECNIA

Equipe de comunicação: Hosana Aprato (jornalista MTE 15.901), Thais D'Ávila (jornalista MTB-RS 8614) e Isabella Westphalen (estagiária de Jornalismo)

Fotos: Divulgação CRMV-RS

Diagramação e impressão: Gráfica e Editora Líder Ltda

Tiragem: 12 mil exemplares

ENDEREÇOS

PORTO ALEGRE

Rua Ramiro Barcelos, 1793 – 2º andar Porto Alegre/RS - CEP 90035-006 Fone: (51) 2104-0566 – Fax: (51) 2104-0573 E-mail: crmvrs@crmvrs.gov.br

PASSO FUNDO

Rua General Osório, 1204/602 – Passo Fundo/RS CEP 99010-140 – Fone: (54) 3317-2121 E-mail: passofundo@crmvrs.gov.br

PELOTAS

Rua Andrade Neves, 2077/402 - Pelotas/RS CEP 96020-080 – Fone: (53) 3227-0877 E-mail: pelotas@crmvrs.gov.br

SANTA MARIA

Alameda Antofogasta, 77 - Sala 409 CEP: 97050-060 - Fone: (55) 3223-6824 E-mail: santamaria@crmvrs.gov.br

SANTANA DO LIVRAMENTO

Rua 13 de Maio, 410/604 – Santana do Livramento/RS CEP 97573-500 – Fone: (51) 9180-8370 E-mail: livramento@crmvrs.gov.br

> www.crmvrs.gov.br www.twitter.com/crmvrs www.facebook.com/crmvrs



Combate ao charlatanismo

Rodrigo Lorenzoni Presidente do CRMV-RS presidente@crmvrs.gov.br

O Conselho desencadeia, a partir deste mês, uma série de iniciativas para combater o exercício ilegal e dar conhecimento à sociedade de como evitar ser enganada por quem diz ter amor pelos animais mas não passam de charlatões. O combate ao exercício ilegal da Medicina Veterinária e da Zootecnia será nossa maior bandeira e um dos desafios enfrentados com o trabalho diário da fiscalização. As atividades exercidas por profissionais não habilitados devem ser denunciadas por todos: colegas e sociedade. Assim, podemos somar esforços para combater essa prática perigosa. Sendo assim, nesta edição trazemos uma matéria que fala sobre nossas recentes ações, inclusive com o flagrante de exercício ilegal da Medicina Veterinária. Esse será um dos temas de reportagem especial nesta edição de nossa revista.

A atuação do Conselho no sentido de garantir qualidade e segurança aos serviços prestados por médicos veterinários e zootecnistas foi abordada na edição anterior, quando mostramos o crescimento de quase 50% da fiscalização nos últimos anos. Como as ações não se restringem, única e exclusivamente, à questão da atividade profissional de médicos veterinários, temos realizado um trabalho de igual relevância para a valorização de ambas as profissões.

Nosso propósito de valorizar empresas e profissionais sérios, éticos e que respeitam as normas passa por um trabalho de fortalecimento do serviço de fiscalização.

A união das classes será fundamental para avançarmos em nossos objetivos de valorizar as profissões. Não posso deixar de parabenizar todos os meus colegas médicos veterinários pela passagem de nosso dia e dizer que neste mês recebemos um memorável reco-

nhecimento do Governo do Estado. O governador José Ivo Sartori sancionou uma lei, de autoria do médico veterinário e deputado estadual Gabriel Souza, que cria o Dia Estadual do Médico Veterinário. Entendemos que é uma homenagem simbólica mas que contribui para o debate sobre a profissão e incentiva a valorização e o reconhecimento de nossa atividade. A lei também prevê o incentivo a eventos e ações de educação sanitária e sobre a Medicina Veterinária.

Outra situação que tem destacado a relevância do trabalho do médico veterinário, é a presença de casos de mormo em diversos municípios. Os episódios deixaram em alerta as autoridades sanitárias do Estado bem como todos os profissionais. O Conselho, de forma diligente, participou de discussões no intuito de trazer clareza sobre o tema e fortalecer os debates. Neste sentido, emitimos uma Nota Técnica, através da Comissão de Saúde Pública, que trouxe importantes orientações aos profissionais e informações à sociedade. Prosseguiremos alertas e ativos nas principais questões de impacto nas profissões e na saúde pública.

"A condição do médico veterinário hoje extrapola os conceitos antigos e limitados de atuação"

O veterinário diz que o mercado é dinâmico e que vivemos num novo ambiente de negócios



O médico veterinário e presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antonio Jorge Camardelli, esteve na Expointer para participar do evento do CRMV-RS e da Sociedade de Veterinária que lembrou os últimos 50 anos de vacinação contra a febre aftosa no RS. Nesta entrevista à Revista Veterinária & Zootecnia, Camardelli comentou sobre o papel do médico veterinário no debate da retirada ou não da vacinação contra a enfermidade e a abertura de novos mercados para a carne brasileira.

Camardelli acredita que novo ambiente de negócios exige adequação constante dos profissionais

Qual o papel do médico veterinário no contexto do debate de retirada ou não da vacinação contra a febre aftosa?

É indispensável. Ele é quem, dentro dos inúmeros itens que compõem uma decisão, tem o papel fundamental. É quem dispõe dos indicativos dos acontecimentos no município, no Estado, na União e nas fronteiras. É quem tem todas

as informações técnicas necessárias para fundamentar ou repassar para quem pode tomar uma decisão.

Como nós, aqui no Estado, podemos nos posicionar como produtores de carne diferenciada?

Na verdade, o Rio Grande do Sul tem uma tipicidade diferente. O rebanho todo é de raça europeia, que nos leva a esses países que tem apelo por marmoreio, por sabor, que é onde está exatamente o nicho do valor agregado. O Brasil é campeão em carne culinária, carne ingrediente e pouca participação em gourmet, que é onde está o valor agregado. Aí está a oportunidade do Rio Grande do Sul com um plantel direcionado e valor agregado



pela concepção racial. A gente acha que a vocação do Estado de fato é transformar essa visão de fornecedor alternado de alguns países e concentrar em mercados de valor agregado, que é o potencial do nosso gado.

Nesse contexto, de que forma a vacinação impacta a venda de carne bovina com o valor agregado?

Não é questão de retirar ou não, esse é um conceito complicado. Não dá pra se dizer, pois existem outras maneiras de acessar o mercado. A Coréia do Sul, por exemplo, faz

uma retaliação contra o Brasil pois temos status com vacinação. A regra internacional determinada pela Organiza-

ção Mundial de Saúde Animal (OIE) proíbe isso. Se o Brasil entrar com um painel na OMC, contra essa decisão, a Coréia como signatária da Organização Mundial do Comércio, é obrigada a seguir a regra internacional do braço sanitário que é a OIE. Então, não precisa tirar a vacina porque o código de animais terrestres não determina que isso seja necessário. A retirada é uma necessidade em cima de uma evolução de uma situação do estado, do país ou do continente, em relação a nos libertar de uma doença que há 50 anos nos persegue. A barreira imposta e a limitação de mercado é por conta de barreira comercial travestida de técnica. Essas barreiras expostas, legislações internas, não encontram respaldo na literatura internacional.

Como o veterinário contribuiu para o Brasil chegar ao patamar que tem hoje no mercado mundial de carne?

A função do veterinário é indispensável. Tanto na parte do aspecto sanitário como de validação e como na parte de avanço de negociações. A condição do médico veterinário hoje extrapola aqueles conceitos antigos e limitados

Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Agricultura. Progressivamente, mesmo a despeito de várias barreiras comerciais, temos avançado. Próprio sinal disso é o retorno da exportação para a China e o anúncio da importação aos Estados Unidos. Vivemos em um ambiente entre governos e entidades extremamente profícuo.

O senhor comentou que temos que estar de olho nos países em crescimento. Como podemos atendê-los, tendo em vista que não podemos ter foco somente no varejo?

Hoje interessa tudo. Para nós

o interessante é vender carne para todo mundo que importa. Com isso, temos que observar as variações de crescimento

de renda, quais são os países que têm avançado na melhoria e se isso modifica o padrão de consumo, se as pessoas estão comprando cortes diferenciados. Aí entram as compras governamentais, pois tem países que são eminentemente militarizados e têm uma necessidade muito grande. Estamos entrando nesse nicho, ou seja, o veterinário mudou porque teve que mudar, o mercado também é muito dinâmico. Vivemos em um novo ambiente de negócios que precisa constantemente de adequações. Não pode ter uma regra nova num ambiente velho, nem um ambiente novo com uma regra velha.

Não pode ter uma regra nova num ambiente velho, nem um ambiente novo com uma regra velha.

de atuação. Eu mesmo sou um veterinário que hoje tem uma função extremamente comercial, estratégica. A história tem nos mostrado que hoje mesmo com direcionamentos de alguns itens dentro da profissão como um todo, precisamos nos formar em capacidade de negociação, nos habilitar para os diferentes processos que vão nos fazer interagir com o mercado moderno e com o cenário novo de negócios.

Como podemos acessar novos mercados?

Acho que os mercados novos já estão sendo acessados. Temos um trabalho conjunto entre

CRIVIV-RS adota rigidez no combate ao exercício ilegal da profissão

Fiscalizações flagram procedimentos veterinários ilegais de todos os tipos



Fiscalização atua em defesa do profissional habilitado

A denúncia de exercício ilegal da Medicina Veterinária, na maior parte dos casos, vem acompanhada de um relato de consternação. Seja pela perda de um animal de estimação, pelo prejuízo financeiro ou mesmo pelo risco à saúde humana e animal. As pessoas, conhecidas por charlatões atendem de jaleco, têm local reservado para fazer consultas e procedimentos cirúrgicos, anunciam os serviços em rádios e até entre os vizinhos. Entretanto, também existem os que não necessitam de artifício para enganar, e utilizam-se do balcão ou do serviço a campo para iludir os que precisam de auxílio.

São pessoas que exercem a profissão com naturalidade e sem qualquer constrangimento à Medicina Veterinária comenta o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni. A Lei 5517/68 deixa claro que o exercício da profissão de médico veterinário só é autorizado aos portadores de diplomas e com carteira profissional expedida por um Conselho Profissional. A Constituição Federal também reforça a exigência de habilitação legal para o exercício de qualquer profissão regula-

mentada. Hoje, quem pratica alguma atividade profissional sem formação e habilitação incorre à contravenção penal prevista na Lei das Contravenções Penais, (Lei nº 3688/41, Capítulo VI – Das contravenções relativas à Organização do Trabalho), segundo Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do RS, Luciano Vaccaro.

Desde 2012, a diretoria do CRMV--RS vem adotando um posicionamento rígido para tratar do exercício ilegal da profissão e atuar em defesa dos profissionais habilitados. De acordo com o coordenador de fiscalização e orientação profissional do CRMV--RS, Mateus Lange, o Conselho tem dado andamento em denúncias que estavam paradas há alguns anos e priorizado as fiscalizações dessas demandas. "Algumas das denúncias que recebemos vêm acompanhadas de Boletim de Ocorrência pois as pessoas lesadas ainda sofrem ameaças dos fraudadores", explica. Mesmo sendo a minoria das denúncias recebidas pelo setor, todas são encaminhadas explica Lange. De 2012 para cá, foram 15 constatações de exercício ilegal da Medicina Veterinária comunicadas às Promotorias de Justiça de Alvorada, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Pelotas, Santa Vitória do Palmar, Chuí, Cachoeirinha, Maximiliano de Almeida e Viamão, além de um caso encaminhado ao Conselho Regional de Medicina.

Segundo o assessor jurídico do Conselho, Ricardo Ferraz, a lógica é sempre proteger o que é mais importante: a sociedade. "Por si só, o exercício ilegal já ofende a sociedade, porque todas as pessoas que praticam a Medicina Veterinária devem estar habilitadas e ter seu registro no órgão de controle", explica. Como no Direito Penal o crime mais grave absorve o de menor gravidade, a pena pelo exercício ilegal da profissão pode ser agravada por ir contra à saúde pública, como omissão de notificação de doença, causar epidemia - mediante a propagação de germes patogênicos ou até mesmo empregar processo proibido, utilizar substância não permitida ou nocivas à saúde pública.

O fraudador costuma agir nestas situações:

- locais com prática da clínica;
- pet shops;
- agropecuárias e venda de animais vivos;
- consultas à domicílio;
- emissão de laudos e exames
- específicos da área veterinária;
- práticas da clínica e diagnóstico de gestação à campo;
- procedimentos cirúrgicos;
- consultas e aplicação de medicamentos.

Conselho flagra exercício ilegal da Medicina Veterinária

Tranquilamente falando ao celular, um homem foi flagrado aplicando vacina no balcão de uma Casa Agropecuária em Cachoeirinha. Não bastasse a irregularidade de prática da clínica em local inadequado, o cidadão não possuía formação, tampouco habilitação para exercer a Medicina Veterinária. Esse foi mais um caso de exercício ilegal constatado por uma força-tarefa realizada pelo CRMV-RS nos últimos meses.

Segundo o fiscal que atendeu a demanda, o local estava funcionando irregularmente - não possuía registro de Pessoa Jurídica no CR-MV-RS. "Nesse caso, necessitamos do apoio da Brigada Militar que colaborou na identificação do proprietário do estabelecimento", contou o coordenador de fiscalização e orientação profissional, Mateus Lange. O presidente do CRMV-



CRMV-RS encaminhou o caso à Promotoria de Justiça de Cachoeirinha

-RS, Rodrigo Lorenzoni, ofereceu denúncia à Promotoria de Justiça de Cachoeirinha. A partir daí, o Ministério Público fará a análise do caso e adorará as medidas cabíveis diz o Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do RS, Luciano Vaccaro.

Sociedade deve se unir no combate às fraudes

O mecanismo da denúncia é parte fundamental para que os fiscais consigam constatar a ação dos indivíduos que praticam atividades ilícitas. Em casos de flagrantes, é necessário contar com reforço policial ou de autoridades estaduais ou federais. "Como não podemos autuar o charlatão, somente profissionais e empresas registradas no Regional, precisamos contar com o apoio da

sociedade e órgãos públicos", relata o coordenador de fiscalização e orientação profissional do Conselho, Mateus Lange.

As denúncias, contendo informações e fotos sobre a prática ilegal, podem ser feitas diretamente no CRMV-RS ou enviadas para o e-mail crmvrs@crmvrs.gov.br. Conforme o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do

Ministério Público do RS Luciano Vaccaro, o cidadão pode solicitar a presença da Brigada Militar para registrar o boletim de ocorrência e tomar as medidas necessárias. Também pode dirigir-se à Delegacia de Polícia para efetuar o registro e pedir esclarecimentos. "Da mesma forma, o Ministério Público pode ser procurado para o relato dos acontecimentos", completa.

PL aborda o tema

Tramita no Câmara dos Deputados, desde maio deste ano, o Projeto de Lei 1426, de autoria da deputada federal Mara Gabrilli (PSDB/SP). O PL tipifica como crime o

exercício ilegal das profissões de saúde de nível superior, dentre elas a de médico veterinário. O documento está aguardando parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Atualmente, apenas o exercício ilegal das profissões de médico, dentista e farmacêutico configura crime, conforme o art. 282 do Código Penal.

Mormo: RS em alerta

Sintomas da doença podem ser parecidos com os provocados por outras enfermidades que afetam os equinos



Cerca de 20 mil animais já foram testados para o mormo

De área livre para alerta total. O primeiro caso de mormo, registrado em junho na localidade de Rolante (a 90 km de Porto Alegre), desencadeou a realização de milhares de exames em equinos, o cancelamento de eventos equestres e até protestos de criadores em todo o Rio Grande do Sul. Para o professor de epidemiologia da Faculdade de Veterinária da UFRGS. Luis Gustavo Corbellini, conceitualmente, o que acontece no RS já é considerado uma epidemia. "É chamado de epidemia o aumento do número de casos acima do esperado. Como não tínhamos nenhum registrado e agora já temos a ocorrência em diferentes localidades, podemos conceituar, sim, como epidemia", afirma. Corbellini explica ainda que sem dados prévios é muito difícil fazer uma análise acurada, pois somente uma avaliação detalhada das ocorrências em termos de localização e prováveis datas de ocorrência dos focos que se pode determinar melhor a situação epidemiológica. "A palavra epidemia assusta mas, independentemente do nome que se dê, encontrar a enfermidade é um problema", conclui.

Já para o médico veterinário do Ministério da Agricultura, Bernardo Todeschini, não se trata de uma epidemia. "Para ser considerado desta forma, deveria ocorrer um aumento significativo de casos da enfermidade que tivesse um registro mínimo, o que não é o caso da doença no RS", afirma. Pelo número de animais testados versus o número de casos confirmados, a doença está presente no RS numa prevalência extremamente baixa", garante o chefe do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura no estado Bernardo Todeschini.

O Rio Grande do Sul tem um plantel estimado em 560 mil equinos. Destes, pelo menos 30 mil foram testados para mormo e apenas treze apresentaram resultado positivo até o fechamento desta edição. "É um número preocupante, se considerarmos que não havia registros da presença da doença no estado. É algo para fazer com que pensemos mais na sanidade dos nossos equinos e nos cuidados com o cumprimento das regras, como a realização dos exames e o transporte de animais somente com

a documentação adequada", afirma o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni.

Apesar do grande susto que o surgimento da doença provocou entre criadores e autoridades, o Rio Grande do Sul tem uma situação relativamente tranquila, considerando os números, mas que exige atenção e alerta de médicos veterinários, criadores e tratadores. Por se tratar de uma zoonose, o mormo pode – ainda que em situações bem específicas ser transmitido para seres humanos. A informação, em casos como este, é uma grande arma para minimizar danos, manter o alerta mas também acalmar a população. A Comissão de Saúde Pública do Conselho elaborou uma nota técnica detalhando sintomas, formas de contágio e alertando sobre prevenção e controle. O documento (veja na íntegra nas páginas 16 e 17) também teve a intenção de esclarecer sobre a ocorrência de mormo em seres humanos e de que forma evitar o contágio.

Enquanto entre humanos a transmissão é rara, entre equinos o contágio é muito rápido. Mesmo assim, Bernardo Todeschini afirma que o sistema de criação utilizado no estado limita um pouco a transmissão "já que os cavalos pouco dividem cochos e freios". Ele explica ainda que a bactéria que provoca a doença, Burkholderia mallei, sobrevive pouco em ambientes secos e sob exposição à luz solar. Além disso, a assepsia de locais e ferramentas com desinfetantes simples como o hipoclorito de sódio, pode destruir a bactéria e as possibilidades de transmissão.

Desde as primeiras suspeitas no mês de junho, as propriedades com animais que apresentaram resultados positivos no exame de triagem



foram interditadas. Os exemplares foram isolados e testados novamente com outro exame. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) recomenda, em primeiro lugar, a realização do teste chamado fixação de complemento como forma de triagem. "Este é um exame muito sensível e pode apresentar muitos falsos positivos, mas isso é proposital. É preferível ter mais suspeitas de positivos do que deixar escapar algum negativo, o que não acontece

com este exame", afirma Todeschini do Mapa. A análise seguinte é a maleinização dos animais suspeitos. O chamado "teste alérgico" é realizado como prova final para o diagnóstico da doença. Caso o cavalo apresente reação alérgica na pele, será encaminhado para eutanásia.

Os procedimentos realizados pela Secretaria da Agricultura no Rio Grande do Sul estão dentro do que recomenda a OIE e também as Instruções Normativas do Ministério da Agricultura. O coordenador do programa de Sanidade Equina da Seapi, Gustavo Diehl, diz que a ação é rápida. "Sempre quando recebemos notificação de qualquer resultado diferente de negativo, vindo de algum laboratório credenciado, a propriedade é interditada." Segundo o médico veterinário, a principal dificuldade do ponto de vista epidemiológico é que não havia a doença no estado e o teste praticamente não era realizado.

Laboratório credenciado

Em setembro o Rio Grande do Sul passou a ter um laboratório credenciado ao Ministério da Agricultura para a realização de exames diagnósticos de mormo. Desde a abertura dos trabalhos, o laboratório da Clínica Hípica tem recebido de 150 a 200 amostras diariamente. "O teste é bastante rápido para ser realizado. O maior problema que enfrentamos é a burocracia. São muitos formulários a serem preenchidos, alguns à mão. Isso acaba acarretando uma demora um pouco maior para a entrega dos resultados", afirma Jarbas Castro Júnior, responsável técnico da Clínica Hípica.

A campo

Como o Rio Grande do Sul não registrava mormo, poucos médicos veterinários do estado já haviam visto a doença até agora. A preocupação com diagnósticos diferenciais é grande, pois os sintomas podem ser parecidos com os provocados por outras enfermidades que afetam os equinos. A Secretaria e o Ministério da Agricultura realizaram na segunda quinzena de setembro, um treinamento para médicos veterinários de todas as regionais da Seapi, do Lanagro e Superintendência do Mapa no RS. O objetivo foi apresentar a doença e a forma de realizar o diagnóstico clínico e encaminhar para exames, além da coleta de amostras. O treinamento contou com a participação de instrutores locais e também de Santa Catarina, que já atuam no controle e combate à doença.

Quem trabalha no atendimento a criadores e na coleta de amostras para o exame de mormo afirma que o maior problema é a falta de conhecimento dos produtores

e proprietários de animais. É o caso do médico veterinário Henrique Noronha, que conversa diariamente com criadores de todo o estado. "A questão entendimento é o maior gargalo. As pessoas não conhecem a doença e não sabem o que ela pode causar. A gente passou por duas fases, a primeira foi a do pânico, todo mundo se apavorou com a história do mormo, e uma segunda que foi o inverso, todo mundo achou que não era



Desconhecimento sobre a doença é um problema

perigo e que não havia risco nenhum e na verdade a gente tem que evitar esses contrapontos em excesso."

Para o profissional é preciso conhecer para realizar o controle de forma adequada. "Estamos tentando mostrar que não há motivos para pânico, mas que mesmo assim é preciso realizar os exames". Quanto maior o número de exames realizados, melhor será o panorama da doença no estado.

50 anos de combate à aftosa em cinco olhares técnicos

Evento conjunto do CRMV-RS e Sovergs trouxe especialistas em diversas áreas



Fórum reuniu todos os elos da cadeia envolvidos na discussão do combate à enfermidade

Para resgatar meio século de história, o IV Fórum Internacional, promovido pelo CRMV-RS e Sociedade de Veterinária do Rio Grande do Sul, trouxe para a Expointer os 50 anos de combate à febre aftosa no RS, quais as histórias e as perspectivas futuras. A questão da retirada ou não da vacina foi o grande debate. Na abertura do evento, o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni, afirmou que o Conselho "assumiu a responsabilidade, junto com produtores e outras entidades, de alavancar o agronegócio". O presidente da Sovergs, Ricardo Bohrer, destacou a missão da entidade em promover o debate de temas importantes na cadeia produtiva da carne. O coordenador do Fórum e vice-presidente do CRMV-RS, José Arthur Martins, avaliou o evento como histórico, pois "reunimos todos os atores envolvidos na discussão do combate à enfermidade".

O primeiro profissional a pales-

trar foi o ex-presidente do CRMV, José Fernando Dora, que iniciou sua fala contando sobre o trabalho que exerceu como coordenador do Programa de Erradicação da Febre Aftosa na Bacia do Prata, no início da campanha contra a doença, realizada pela Secretaria da Agricultura. Dora salientou que a erradicação da doença abriu portas para mercados internacionais e que o objetivo é não precisar mais vacinar os animais. "Nós, veterinários, temos responsabilidades com o bem-estar da sociedade, por isso saliento a importância deste debate", afirmou.

Representando o Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para Saúde Animal (Sindan), o vice-presidente executivo, Emilio Salani, também contribuiu para o debate. "É a imunização que dá norte para a sanidade animal no país e nós temos noção de como produzi-la e comercializá-la", disse. Segundo dados do Sindan, a entidade produz

380 mil doses de vacina ao ano, o que gera investimento e tecnologia.

O fiscal federal agropecuário, Diego Viali dos Santos, por sua vez, apresentou um projeto que se baseia em mapear as áreas de risco de foco da doença, caso a vacina seja retirada. "São os estudos técnicos que levam ao sim ou ao não da retirada da vacina", explicou. As perspectivas do Brasil no mercado global da carne ficaram sob responsabilidade e visão técnica do presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antonio Jorge Camardelli, "Não existe milagre genético. Precisamos entender que não podemos somente abater o boi, temos que ir atrás de mercado também", ponderou.

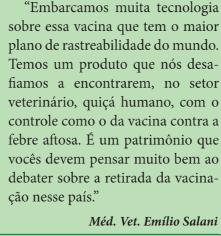
Representando a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi), o diretor do Departamento de Defesa Agropecuária Fernando Groff, se encarregou de falar sobre a visão do serviço oficial sobre o

tema. "Gosto de lembrar que tudo que foi falado aqui hoje, da evolução do Estado nessa questão, foi iniciado sem o auxilio de computadores, celular, telefone. Vendo desse ponto de vista, pode-se perceber que foi um grande feito", comentou Groff. O diretor também salientou o movimento de união que foi gerado pela entrada da aftosa no RS, que deu início a várias instituições de vigilância e inspeção. Autoridades como o deputado federal Onix Lorenzoni e o deputado estadual Gabriel Souza compareceram ao evento, que contou com a presença de 180 pessoas e foi transmitido também pelo site do Conselho e da Seapi.



"Na época conseguimos eliminar a doença, o que permitiu o alcance de mercados maiores. Nós temos que capacitar os colegas de trabalho no campo e precisamos conhecer os criadores e comunicar sobre o que pode ser feito, pois temos uma responsabilidade com o bem-estar da sociedade."

Méd. Vet. Iosé Fernando Dora

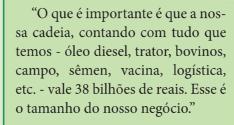


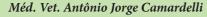




"A gente tem que sempre pensar tecnicamente em evolução sanitária. Se essa evolução é com ou sem a vacina é isso que devemos discutir, mas pensando sempre em evoluir sanitariamente."

Méd. Vet. Diego Viali dos Santos







"Não se falaria hoje em outras doenças se o sistema de vigilância da febre aftosa não tivesse sido criado. A entrada da vacina oleosa também foi um divisor de águas."

Méd. Vet. Fernando Groff



Governo reconhece importância do médico veterinário

Sancionada a lei de autoria do deputado estadual Gabriel Souza que cria o Dia Estadual do Médico Veterinário



Representantes das entidades de classe prestigiaram o ato no Palácio Piratini

A classe médico-veterinária recebeu importante reconhecimento por parte do Governo do Estado. A iniciativa do deputado estadual Gabriel Souza de criar o Dia Estadual do Médico Veterinário saiu do papel e

foi sancionada pelo governador José Ivo Sartori. Em setembro, o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni, e dirigentes de outras entidades ligadas à profissão receberam cópia da lei 14.718, que criou a data.

Souza, que também tem formação em Medicina Veterinária, apresentou o projeto com o objetivo de valorizar a profissão e promover o debate sobre suas atribuições em escolas, postos de saúde e hospitais, por exemplo. Com a medida, a data passa a integrar o calendário oficial do Estado e será estimulada a realização de palestras e outras atividades para destacar a importância deste profissional para o Rio Grande do Sul.

Segundo o governador, "a Medicina Veterinária contribui para a qualidade de vida dos gaúchos." Na oportunidade, o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni, falou sobre o crescimento do mercado pet no Brasil, a importância da especialização da profissão e a atuação da profissão na produção animal e na segurança dos alimentos.





Prêmio destaca a importância da Medicina Veterinária e Zoonotecnia no RS

Conselho agraciou 15 profissionais e personalidade durante solenidade na 38ª Expointer



Agraciados foram conhecidos no dia 04 de setembro na Casa do Médico Veterinário

Em sua terceira edição, o Prêmio Destaque Medicina Veterinária e Prêmio Destaque Zootecnia reconheceu profissionais e personalidades que atuam nas mais diversas áreas e representam positivamente a Medicina Veterinária e a Zootecnia no Rio Grande do Sul. No dia 04 de setembro, a Casa do Médico Veterinário, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, esteve lotada para celebrar um importante momento de valorização das profissões.

Neste ano, foram homenageadas entidades e pessoas notáveis em quinze categorias com a entrega de

um Certificado Prêmio Destaque e o Troféu Pian, oferecido pela empresa Pian Alimentos. O anfitrião da noite, o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni, lembrou o objetivo da premiação e saudou visitantes, agraciados e seus familiares. "Nosso grande objetivo é dar luz, reconhecer e nos curvarmos aos colegas que transcendem o mero dever profissional e as entidades e personalidades que fazem a diferença e contribuem de forma objetiva e direta para a nossa sociedade e profissão", disse. Lorenzoni também fez um agradecimento especial ao colega médico veterinário Pedro Pian pelo apoio recebido desde a primeira edição do Prêmio Destaque. Representando o Sistema CFMV/CRMVs, o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Benedito Fortes de Arruda, parabenizou a iniciativa do Conselho do RS por agraciar profissionais e entidades que contribuem com a força de trabalho para o fortalecimento da economia do Estado e para o desenvolvimento social do país. Após, homenageados e convidados confraternizaram com um coquetel oferecido pela Sociedade de Veterinária do RS (Sovergs) e Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa-RS).

Os premiados deste ano:					
- Liderança Empresarial Indústria: Supra da Alisul Alimentos S.A	- Destaque Ensino: Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade				
- Liderança Empresarial Varejo e Comércio: Paiol Agropecuário LTDA	Federal de Santa Maria (UFSM) - Destaque Bem-Estar Animal e Proteção: Médica veterinária Gleide Marsicano				
- Liderança Empresarial Serviço: Royal Sul	Destaque Saúde Pública: Médico veterinário Edson Nunes				
- Personalidade do Ano: Médico veterinário Gabriel Souza - deputado estadual	- Destaque Associações: Associação Nacional dos Clínicos Veterinários de Porto Alegre (Anclivepa-RS) - Destaque Pesquisa: Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Passo Fundo (UPF)				
- Destaque Órgão Público: Equipe de Alimentos da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre					
- Destaque Empreendedor: Cabanha Paineiras					
- Destaque Terceiro Setor: Associação Riograndense Protetora dos Animais (Arpa)	 - Destaque Cultura: Médico veterinário Paulo Henrique Teixeira de Sousa (Gujo Teixeira) - Cantor e compositor 				
- Destaque Ensino Zootecnia: Zootecnista Harold Ospina Patino	- Destaque Imprensa: Jornalista Gisele Loeblein				



Uma vida dedicada à Medicina Veterinária

Em 45 anos, centenas de profissionais passaram pelas aulas do professor e pesquisador



Em 2014, Pippi recebeu do CRMV-RS o Prêmio Destaque Medicina Veterinária na Categoria Pesquisa

"A Medicina Veterinária me proporcionou uma vida plena de satisfação. Tenho muito prazer em ensinar e transmitir conhecimento. A atividade de ser útil aos colegas é uma das maiores alegrias que tenho até hoje". O depoimento é do médico veterinário Ney Luis Pippi que há mais de 45 anos dedica-se à docência e à pesquisa na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Com um currículo extenso - repleto de títulos, publicações, premiações e experiências, Pippi agradece à sua mulher, Ana Maria, por ter oferecido apoio, nos 48 anos de casados, durante o tempo em que esteve dividido entre a docência e os estudos.

Foi na infância que desenvolveu o gosto e o carinho pelos animais. Na sua casa, em Santana do Livramento, desde pequeno criava cachorro, galinha, gato e passarinho. Por volta dos 18 anos, por influência de um cunhado que trabalhava com as ciências agrárias, prestou vestibular para Medicina Veterinária na UFSM e, em 1966 for-

mava-se médico veterinário. Logo de imediato foi convidado para dar aulas na Universidade. No entanto, foi convocado para servir ao Exército Brasileiro. Por 14 meses trabalhou com inspeção de carnes, grãos e alimentos, atendia matadouros, laboratórios. "Queria mesmo era lecionar. Logo que cumpri meu período no Exército, voltei para a UFSM e comecei a dar aulas de técnicas cirúrgicas", conta Pippi.

No início da carreira de professor, entre os 1969 e 1970, fazia mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Quatro anos depois, ingressava em uma especialização na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Em 1978, obteve o título de PHD em Cirurgia e Clínica Animal pelo Colorado State University, nos Estados Unidos. Pippi conta ainda que depois do PhD fez mais três pós-doutorados - na Alemanha, nos Estados Unidos e na Espanha.

Neste meio tempo, também atuava em entidades ligadas à classe. Em

1972 foi presidente do núcleo da Sociedade de Veterinária do RS em Santa Maria. "Eu e um grupo de colegas administramos e organizamos o segundo Congresso Estadual da entidade que foi um marco na ocasião", lembra.

Participou também do Conselho Federal de Medicina Veterinária, onde presidiu a Comissão Nacional de Ensino, na época em que foi instituído o Exame Nacional de Certificação Profissional. Também atuou na coordenação do Comitê de Assessoramento de Medicina Veterinária do CNPq e na área agropecuária da Fundação Capes. Pippi conta que depois, por indicação do conselho de reitores das universidades brasileiras, participou do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea) desde que foi criado junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. "Estabelecemos todas as normas de regulamentação e utilização de animais para experimentos utilizadas hoje em dia" conta.

Nos últimos anos, o professor tem dedicado-se à pesquisa de células tronco, com o foco na terapia regenerativa de lesões teciduais. "Em 2005, montamos um laboratório de terapia celular na UFSM e nos dedicamos à pesquisa na área de experimentação", lembra. Ao longo de quase 50 anos de profissão, teve inúmeras oportunidades, conheceu pessoas e colegas. "Tudo isso foi muito enriquecedor para a minha vida, não só pessoal como também profissional. Em nenhum momento me arrependi de ter escolhido ser médico veterinário", comenta entusiasmado.



Nova identidade visual marca processo de transição

Até 2016, logomarca do Conselho estará em todos os materiais e ferramentas de comunicação



CRMV-RS está com nova identidade visual. A nova logomarca visa transmitir os princípios que o norteiam a administração do Conselho, como organização, dinamismo e qualidade. O desenho tem como base a cor verde, símbolo da Medicina Veterinária e da Zootecnia, e foi desenvolvido pela equipe de comunicação da autarquia. Foram agregadas

as cores da bandeira do Rio Grande do Sul e linhas que representam um formato de chama. Neste caso, o fogo, um dos quatro elementos do planeta, representa a capacidade de regeneração e de transformação.

Nos últimos anos, o CRMV-RS tem realizado uma série de mudanças em sua estrutura e administração. As iniciativas foram adotadas para oferecer melhores serviços, fiscalizações mais efetivas, formulação de conteúdo técnico e orientação profissional, conceitos que aparecem na nova identidade visual, lançada durante a Expointer 2015.

A iniciativa mostra que a diretoria executiva segue buscando a melhor sintonia de trabalho para atender de forma plena os anseios dos profissionais, empresas, colaboradores e sociedade, explica o presidente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni. Aos poucos, toda a comunicação será reformulada e assinada com a nova logomarca. "Assim, pretendemos fortalecer cada vez mais o relacionamento com todos", disse Rodrigo.

José Pedro Martins é nomeado presidente da Comissão Nacional de Fiscalização

Referência no país quando o assunto é fiscalização do exercício profissional, o coordenador técnico e institucional do CRMV-RS, José Pedro Martins, foi nomeado presidente da Comissão Nacional de Fiscalização do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

Criado recentemente, o grupo que reúne representantes do Paraná, Pará, Amazonas, Pernambuco e Goiás tem com o objetivo de uniformizar os métodos de fiscalização dos Conselhos Regionais. "Nosso grande desafio, como Comissão, é padronizar os procedimentos de fiscalização de todos

os conselhos e, ao mesmo tempo, respeitar as características de cada Estado", afirma Martins ao comentar sobre as propostas do núcleo.

Os objetivos do comitê são de propor diretrizes para as ações de fiscalização, revisar e sugerir atualizações da legislação referente a fiscalização do Sistema CFMV/CRMVs, inclusive dos modelos de instrumentos e formulários de fiscalização, tais como termos, autos de infração e multa. É de responsabilidade do núcleo analisar as demandas e necessidades, relacionadas à fiscalização de cada conselho regional, e assim, recomendar soluções. Devem ainda realizar



Martins acredita que o desafio da Comissão é padronizar os ritos da fiscalização

treinamentos e capacitações aos fiscais. Promover encontros anuais para os fiscais do Sistema, sugerir indicadores de fiscalização e propor parâmetros para a mensuração de aplicação da legislação também são da alçada da Comissão.

Nota Técnica esclarece corretos procedimentos a respeito do mormo

Documento foi elaborado pela Comissão de Saúde Pública do Conselho

Os integrantes da Comissão de Saúde Pública do Conselho lançaram uma Nota Técnica tornando claros aos médicos veterinários os procedimentos sobre a ocorrência de mormo no Rio Grande do Sul. O documento tem como objetivo principal reforçar a necessidade de enfrentamento do tema com foco no ponto de vista técnico. "O CRMV tem o papel de chamar todos os profissionais veterinários para o enfrentamento dessa do-

ença para que ela não se alastre", comentou a presidente da Comissão de Saúde Pública, Camila Correa Jacques. Para o presidente do Conselho, Rodrigo Lorenzoni, quando o tema é saúde pública e sanidade animal não pode haver negociação nem flexibilização de regras."As medidas devem ser cumpridas na íntegra sob pena de graves consequências", reforçou. A Nota na íntegra pode ser lida na sequência.

NOTA TÉCNICA Nº 06/2015 Assunto: Mormo no Rio Grande do Sul

A presente nota técnica tem o objetivo de informar sobre os casos de Mormo no RS. A importância para a saúde pública deve-se ao fato de ser uma zoonose. Assim, todos os cuidados e medidas de prevenção devem ser empregados a fim de se evitar a disseminação da doença pelo Estado.

Registrado pela primeira vez no Rio Grande do Sul, no município de Rolante, o Mormo é uma doença infecciosa que acomete, principalmente, os equinos. É uma enfermidade causada pela bactéria Burkholderia mallei e se manifesta por um corrimento viscoso nas narinas, com a presença de nódulos nas mucosas nasais, nos pulmões, nos gânglios linfáticos, catarro e pneumonia. A forma aguda é caracterizada por febre, fraqueza, secreção amarelada, que pode se tornar sanguinolenta, e dispneia. Não tem tratamento e o animal é sacrificado.

O mormo é transmitido pelo contato com o material infectante, seja diretamente com secreções do doente ou indiretamente por meio de fômites, bebedouros, comedouros e equipamentos contaminados. Pode ser transmitida aos homens e a outros animais. Os principais hospedeiros são os equinos, muares e asininos. Já foi relatada em cães, gatos, ovinos, caprinos e camelos. Bovinos, suínos e aves são resistentes. Em animais pode se manifestar logo após a infecção ou tornar-se latente. Em humanos o período de incubação varia de poucos dias a meses, sendo usualmente de 1-14 dias.

O ser humano normalmente se infecta pelo contato com animais doentes, fômites contaminados, tecidos ou culturas bacterianas em laboratórios. Pode ser considerada uma doença ocupacional, visto acometer, principalmente, trabalhadores, tratadores, médicos veterinários, trabalhadores de frigoríficos, pesquisadores e laboratoristas. Porém, também pode acometer proprietários de animais e outras pessoas. A transmissão ocorre por meio de feridas e abrasões na pele. O indivíduo apresenta-se febril, com pústulas cutâneas, edema de septo nasal, pneumonia e abscessos em diversas partes do corpo. É uma zoonose de difícil tratamento, sendo, quase sempre, fatal.

A bactéria é rapidamente inativada pelo calor, raios solares diretos e é sensível aos desinfetantes comuns como hipoclorito de sódio. Porém, sua sobrevivência pode ser prolongada em ambientes molhados e úmidos. A doença não tem vacina e nem tratamento. Animais positivos são sacrificados. Uma das formas de prevenção é



evitar o contato com outros animais doentes, mantendo os exames sempre em dia e evitando locais de aglomerações de animais onde não haja fiscalização e controle nas áreas de risco.

Diante de suspeita de caso de mormo, deve-se notificar imediatamente à Defesa Sanitária do Estado. Além de medidas como o isolamento da área e dos animais suspeitos, deve ser feito o sacrifício dos positivos, cremação dos cadáveres no próprio local e desinfecção de todo o material que esteve em contato, desinfecção rigorosa dos alojamentos e bloqueio e suspensão do trânsito de animais na propriedade.

Animais suscetíveis, quando possível, devem ser mantidos distantes das áreas de foco. Nessas áreas, o local de criação e as instalações devem ser submetidos à quarentena, com limpeza e aplicação de desinfetantes eficazes contra o agente. Todas as normas para o controle e erradicação do Mormo são descritos na Instrução Normativa nº 24, de 05 de abril de 2004, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Após a confirmação do primeiro caso de Mormo no RS, a Secretaria de Agricultura do Estado vem adotando todas as medidas possíveis, em parcerias com outras instituições, a fim de evitar a propagação dessa doença. Há outros casos suspeitos em análise no Rio Grande do Sul. Por isso, para o trânsito de animais e emissão das Guias de Trânsito Animal (GTA) estão sendo exigidos exames negativos para o Mormo. Eventos com aglomerações de animais também serão focos de fiscalização do Estado.

O exame para identificação de animais positivos ou negativos para a doença é uma medida importante a fim de se evitar que a doença se espalhe pelo Estado, através do não contato entre animais portadores e animais sadios. O exame deve ser feito por médicos veterinários credenciados e em laboratórios habilitados. Apresenta validade de 60 dias e tem sido exigência para o trânsito de animais no Estado. Maiores informações sobre a doença, o exame, validade, e GTA podem ser encontradas na página da internet da Secretaria da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul.

É de extrema importância a união de todas as entidades de interesse na área para evitar a disseminação dessa doença no Estado

e os prejuízos dela advindos. Para a sua segurança, a segurança do seu animal e a segurança da população, transite pelo Estado com animais com GTA e de posse de exames negativos para o Mormo e para as demais doenças exigidas na legislação.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS) apoia todas as medidas de controle e prevenção que estão sendo tomadas frente aos casos de Mormo, destacando a importância e a necessidade da realização dos exames para a doença. Por fim, solicita o empenho de todos os profissionais da categoria para colaboração no enfrentamento desta grave zoonose, evitando a disseminação desta doença pelo Estado.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2015.

Comissão de Saúde Pública do CRMV-RS

Médicos veterinários Camila Correa Jacques, Ana Luisa Tartarotti, Anne Andrea Dockhorn Marth, Celso Bittencourt dos Anjos, Jerônimo de Almeida Maroso, Maria da Graça Becker Dutra e Roger Halla

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

ONDE DENUNCIAR

Ministério Público do Trabalho Procuradoria Regional do Trabalho da 4º Região

www.prt4.mpt.gov.br



Conselho marca posição em debates sobre o mormo

Ocorrências da enfermidade mobilizaram entidades e poder público em diversas localidades do Estado



Para vice-presidente, há muita desinformação sobre a doença

Desde a confirmação da ocorrência de mormo no Rio Grande do Sul, profissionais ligados ao CRMV-RS vêm participando dos debates em torno do tema e reafirmando o apoio às recomendações da Secretaria da Agricultura e da Nota Técnica publicada pela Comissão de Saúde Pública da autarquia. Para o presi-

dente do CRMV-RS, Rodrigo Lorenzoni, a exigência do exame para todos os animais que participam de eventos equestres é uma medida que não pode ser questionada. "Defendemos a responsabilidade compartilhada, cada um fazendo a sua parte, para que o controle seja efetivo e o estado possa voltar a ser área livre da

doença", conclui.

Em recente audiência pública no município de Cachoeira do Sul, o vice-presidente do Conselho, José Arthur Martins, pontuou que a partir do momento em que o primeiro animal foi diagnosticado com mormo todo o Estado entrou em alerta. "Há muita desinformação e lendas urbanas que precisam ser desmistificadas", avaliou. O que deve ser feito neste momento, na sua opinião, é promover a união das entidades na promoção de ações de conscientização.

O coordenador técnico institucional do CRMV-RS, José Pedro Martins, também esteve presente em audiência pública na Assembleia Legislativa do RS. Ao ser questionado sobre a atuação dos Resposnáveis Técnicos em eventos agropecuários, Martins declarou que "o responsável técnico não tem poder de polícia, mas deve fazer cumprir a legislação da autoridade sanitária".

Feira internacional recebe apoio institucional do CRMV-RS

Com o crescimento elevado do mercado pet, as empresas do segmento buscam, cada vez mais, aparecer e apresentar seus produtos e serviços. A Pet South America, Feira Internacional de Produtos e Serviços para Linha Pet e Veterinária, é considerada a principal ponte entre negócios do setor pet do Brasil com o restante da América Latina. Sempre apresentando bons resultados, a feira entra em sua 14º edição esse ano, e vai acontecer na Expo

Center Norte, em São Paulo, de 27 à 29 de outubro. Mis uma vez, o CRMV-RS é apoiador institucional da realização do projeto.

O evento abre espaço para empresas de nutrição, saúde animal, higiene e beleza, acessórios, serviços e equipamentos para o setor pet e veterinário exporem seus serviços e produtos. Na última edição, estiveram presentes mais de 350 marcas nacionais e internacionais e quase 25 mil visitantes. Para o presidente do

Conselho, Rodrigo Lorenzoni, é importante apoiar eventos que eu reúnam profissionais, tendências de mercado e negócios. "Somos parceiros de entidades que promovam o desenvolvimento da Medicina Veterinária e da Zootecnia", destacou. A feira é uma excelente oportunidade para os profissionais e empresas que desejam atualizar seus conhecimentos e trocar experiências com milhares de outros profissionais.



Balanço Financeiro do CRMV-RS

CRMV / RS

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Sul CNPJ: 93.009.116/0001-72

Período: 01/01/2015 a 31/08/2015

Balanço Financeiro

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual E	ESPECIFICAÇÃO Exercício At	
CRMV / RS			Período: 01/01/2015 a 31/08/2015

INGRESSOS		DISPÊNDIOS		
SPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atua	
Receita Orçamentária	6.166.558,21	Despesa Orçamentária	4.033.006,1	
RECEITA REALIZADA	6.166.558,21	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	3.961.968,9	
RECEITAS CORRENTES	6.166.558,21	DESPESAS CORRENTES	3.856.422,3	
RECEITA TRIBUTÁRIA	187.154,76	PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	2.490.633,1	
TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	187.154,76	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.154.272,2	
TAXASEEMOLUMENTOS	187.154,76	TRANSFERENCIAS CORRENTES	36.500,0	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.929.469,45	TRIBUTARIAS CONTRIBUITIVAS	8.446,8	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSEDAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	4.929.469,45	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	166.570,2	
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.575.466,26	DESPESAS DECAPITAL	105.546,5	
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	2.354.003,19	INVESTIMENTOS, AÇÕES EEQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	105.546,5	
RECEITAS DESERVIÇOS	68.192,41	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	71.037,1	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	68.192,41			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	68.192,41			
RECEITAS FINANCEIRAS	641.848,66			
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE BENS E SERVIÇOS	100.069,65			
JUROSDEMORA	100.033,25			
OUTROSJUROS	36,40			
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	107.012,56			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	107.012,56			
MULTA POR MORA	97.427,30			
MULTAS POR MORA	54.487,84			
OUTRASMULTAS	42.939,46			
REMUNERAÇÃO DE DEP.BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	337.339,15			
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS				
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	337.339,15			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	339.892,93			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	339.892,93			
INDENIZAÇÕES E/OU RESTITUIÇÕES	4.230,86			
DÍVIDA ATIVA	335.662,07			
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	6.648.347,00	Pagamentos Extraorçamentários	6.941.204,2	
Saldo em espécie do Exercído Anterior	4.413.056,98	Saldo em espécie do Exercído Seguinte	6.253.751,8	
Total:	17.227.962,19		17.227.962,19	

Porto Alegre-RS, 31 de agosto de 2015

Rodrigo Marques Lorenzoni Presidente CRMV-RS 8272 805.747.000-30 André Mello da Costa Elwanger Tesoureiro CRMV-RS 7421 901.224.880-91 Milton Cesar B. Costa Contador CRC-RS 68617 657-647-900-00

Médico-Veterinário e Zootecnista

responsáveis pela saúde e bem-estar animal

CRANARS Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul













